

A EVOLUÇÃO AGRÁRIA DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E DE VIDA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOS SINOS

BALDASSO, Nelson Antônio ¹; CALCANHOTTO, Flávio Abreu²; MIRANDA, Regina da Silva ³

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento rural com foco voltado para as comunidades locais necessita de antemão, do conhecimento da complexidade que envolve a realidade agrária que culminaram no cenário atual que compõe a dinâmica social, ambiental e econômica das estratégias dos agricultores. Partindo deste pressuposto o processo de conhecimento da realidade deve preceder qualquer tomada de decisão. O presente trabalho fundamenta-se numa proposta de reflexão que prima pela compreensão das reais necessidades dos atores sociais que fazem parte do espaço geográfico que compreende a bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, região metropolitana de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. Os resultados obtidos fornecem informações acerca dos principais sistemas de produção e de vida implementados pelas categorias sociais, e com base nestes, vem sendo construída uma abordagem participativa sobre que tipo de desenvolvimento a sociedade local deseja de fato, de modo a contribuir com estratégias de ação que compatibilize ocupação de espaço e sustentabilidade do território.

DESENVOLVIMENTO

A bacia hidrográfica do Rio dos Sinos é contígua à região metropolitana de Porto Alegre, abrangendo a área total ou parcial de 28 municípios, agrupados politicamente em dois Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDES, quais sejam: o Vale do Rio dos Sinos e o Vale do Rio Paranhana e Encosta da Serra.

¹ Engenheiro Agrônomo e Mestre em Economia Rural da EMATER/RS-ASCAR. Rua Botafogo, 1051, Porto Alegre/RS. Fone: (51) 2125-3144. CEP 90150-053. E-mail: baldasso@emater.tche.br

² Engenheiro Agrônomo e Mestre em Economia Rural da EMATER/RS-ASCAR. Rua Botafogo, 1051, Porto Alegre/RS. Fone: (51) 2125-3144. CEP 90150-053. E-mail: flavioc@emater.tche.br

³ Nutricionista da EMATER/RS-ASCAR. Rua Botafogo, 1051, Porto Alegre/RS. Fone: (51) 2125-3144. CEP 90150-053. E-mail: regimira@emater.tche.br

A partir da observação e análise da expansão histórica da ocupação do território, num total de 4.326 quilômetros quadrados, e das modificações na base econômica e nos processos produtivos, busca-se evidenciar e compreender os impactos e as restrições ambientais. O período de análise da evolução agrária compreende desde a chegada das famílias açorianas numa região que era habitada por índios Coroados e Minuanos caracterizando o período inicial de ocupação da região, por volta dos anos de 1780 e 1823 (EMATER, 2001), até o período atual, passando pela importante transformação, entre 1960 e 1985, em que ocorre o crescimento populacional através da imigração advindas de outras regiões do Estado e no âmbito da bacia hidrográfica. Este fenômeno decorre da profunda inserção do setor calçadista nas sedes municipais, localizadas predominantemente às margens do Rio dos Sinos e seus principais afluentes (Rios Rolante e Paranhana). A agricultura continua como fornecedora de alimentos, e instala diversas agroindústrias de médio e grande porte para processamento de carnes, leite, bebidas, farinhas e de outros produtos, tais como o fumo, vassoura, cachaça. Neste contexto alguns aspectos precisam ser melhor explorados, haja vista que a Bacia hidrográfica acumula população de 1.200.000 habitantes, dos quais 60.000 permanecem residindo no meio rural, principalmente nos municípios periféricos, localizados nas encostas da Serra Geral e dos divisores de água.

No cenário da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, a industrialização, capitaneada pela cadeia/setor coureiro-calçadista gerou concentração demográfica e fez surgir uma rede articulada e eficiente, do ponto de vista do crescimento econômico, tanto no cenário Regional como Nacional. Este crescimento polarizado, fez com que as administrações públicas e as representatividades e empresas vinculadas ao rural, passassem anos com políticas confusas, ou sem perspectivas para o setor, o qual era considerado como não contributivo e atrasado. No entanto, já na década de 1990 alguns indicadores sócio-ambientais, tais como poluição atmosférica (curtumes), degradação do solo, das encostas de morros, margens de rios e das áreas de banhados, contaminação das águas, violência urbana crescimento generalizado de subabitações, começam a fazer parte da pauta e das agendas das administrações e instituições e órgãos responsáveis (PETRY, 2003).

A revisão histórica e a evidência dos fatos permitem observar como o potencial natural foi e está sendo submetido à pressões do que se poderia chamar de dois sub-setores: produção e consumo. Conforme os estilos e as intensidades do consumo se aproximam, territorialmente,

da dos estilos de produção, vai se moldando ou alterando as características naturais – paisagem – e os sistemas de vida. Ou seja, a forma e a intensidade como interagem em *fatores e valores* estes dois sub-setores, numa perspectiva histórica, auxilia na elaboração de uma imagem e tendência econômica e ecológica do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num primeiro momento, observa-se na bacia hidrográfica do Rio dos Sinos a experimentação progressiva de atividades, práticas e processos, praticamente homogêneos em todo o território. Os sistemas (modos de produção e de vida) subsistem até o início da década de 1980, quando as restrições de mão-de-obra e renda impõem ajustes, os quais repercutem na sobrevivência e continuidade, principalmente das atividades mais adaptadas ao ambiente (condições topográficas, clima).

O agricultor familiar, apesar de conhecer o potencial e os limites produtivos de seu espaço, na implantação de alguns sistemas, acaba interferindo negativamente sobre o ambiente, pressionado pelas expectativas de receita e influenciado pelas tecnologias ofertadas. A mudança no perfil da produção e, conseqüentemente da mão-de-obra, (êxodo, envelhecimento) como também nos estilos e ofertas de consumo, auxiliam e reforçam o desequilíbrio dos sistemas.

De certa forma, os primeiros assentamentos implantados na região, enfrentaram o desafio de ajustes de produção e consumo, em ambientes distintos dos originais das famílias, quando percebeu-se a falta de preparo para o devido apoio. Estes impactos atingem todas as estruturas e formas organizativas, bem como as áreas de pesquisa e assessoramento, gerando uma ausência, ou desarticulação de propostas e políticas públicas.

Apesar das mobilizações e esforços despendidos, raramente os planejamentos e projetos tem levado em consideração as implicações na bacia hidrográfica, no conjunto de seus aspectos: econômico, sócio-cultural e ambiental.

A busca da compreensão do processo de desenvolvimento territorial, ajustada à lógica das bacias hidrográficas, representa, no entanto, uma demanda e um desafio presente ao serviço de extensão rural, ao qual a abordagem sistêmica tem a contribuir.

Os diagnósticos participativos, implementados a partir de 1999 no âmbito da bacia ou de setores desta, tem alicerçado estudos específicos, os quais tem repercutido na elaboração de políticas locais e, ao mesmo tempo, possibilitado a melhor aplicação de políticas mais abrangentes, como por exemplo: RS Rural para agricultores familiares, pescadores, quilombolas e indígenas (mais recentemente o pecuarista familiar); segurança alimentar e alimentação escolar com aquisição de produtos da Agricultura Familiar; formalização de agroindústrias; organização para comercialização direta; turismo rural.

O debate sobre ocupação territorial e o conflito pelo uso da água, tem levado à realização de diversos encontros das representações dos diversos sistemas de produção e categorias sociais, na busca de soluções. Os estabelecimentos vinculados aos sistema arroz/pecuária, de forma conjunta com as instituições de pesquisa, extensão rural e de representação, vem realizando estudos para a elaboração de sugestões para a produção do arroz irrigado com baixo impacto ambiental.

A adesão dos agricultores familiares a estes programas e políticas, o arrefecimento do êxodo, a crescente mobilização e satisfação das famílias, aliados ao aumento da renda, são indicadores da possibilidade de viabilização da agricultura familiar

BIBLIOGRAFIA

BRET, B.; DROULERS, M.; BIAGGI, E. Dynamique du peuplement et du Développement. In: **Cahiers des Amériques Latines**, Ed. IHEAL, 1995. n.20, p. 43-98.

IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

METROPLAN ; FEE. **Região Metropolitana de Porto Alegre**: informações e análise. Porto Alegre, 1988. 273 p.

PETRY, Otto Guilherme. Cartografia das áreas de risco no Rio Rolante-RS e estratégias de recomposição da mata ciliar, Porto Alegre, 2003. **Dissertação de Mestrado**. Instituto de Geociências, UFRGS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Diagnóstico do meio rural do município de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/ Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio, 1994. 78p.